



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
AUTORIZAÇÃO: DECRETO Nº92937/86, DO 18.07.86 – RECONHECIMENTO:  
PORTARIA Nº909/95, DO  
01.08 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS - CAMPUS  
XXI – IPIAÚ

EMANUELLE SILVA SANTOS

**LEVANTAMENTO NA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE A DISCUSSÃO DAS  
HIPÓTESES DA DERIVA E DO CONTATO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

IPIAÚ  
2025

EMANUELLE SILVA SANTOS

**LEVANTAMENTO NA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE A DISCUSSÃO DAS  
HIPÓTESES DA DERIVA E DO CONTATO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Corpo Docente da Universidade do Estado da  
Bahia - UNEB, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de Letróloga.

Orientadora: Profa. Dra. Williane Silva Corôa

IPIAÚ  
2025

# LEVANTAMENTO NA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE A DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES DA DERIVA E DO CONTATO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

EMANUELLE SILVA SANTOS


Aprovado em: 18/ 12 / 2025

BANCA EXAMINADORA

*Williane Silva Corôa*

---


Profa. Dra. Williane Silva Corôa  
Universidade do Estado da Bahia  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 WELLINGTON SANTOS DA SILVA  
Data: 22/01/2026 21:31:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Wellington Santos da Silva

Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente  
 RAISA REIS DOS SANTOS  
Data: 28/01/2026 12:26:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Raisia Reis dos Santos

Universidade do Estado da Bahia

Dedico este trabalho ao meu avô Juvenal (*in memoriam*), que tantas vezes me viu sair de casa em busca deste diploma, mas que não estará aqui para me ver com ele.

E, em especial, ao meu pai, Manoel, que, mesmo sem ter tido acesso à educação, nunca mediu esforços para que eu tivesse.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, pelas bênçãos derramadas em cada etapa da minha caminhada e pela força que sempre me sustentou nos momentos de dúvida e de cansaço.

À minha avó Eunice, pelo incentivo constante, pelo apoio em todas as dimensões da vida e pelo orgulho que sempre demonstrou por mim.

À minha mãe, Enia, que há 18 anos não está mais entre nós, mas cuja memória me acompanha diariamente. Tenho certeza de que, de onde estiver, ela se orgulharia deste momento e do caminho que trilhei.

Ao meu pai, Manoel, que é minha base e meu exemplo, sem ele, eu não seria nada do que sou hoje. Ao meu irmão, Felipe, pelos compartilhamentos, conversas, risadas e pelos momentos que fizeram nossa história juntos.

Aos meus tios Afrânio e Liudete, pela presença constante, pelo carinho e pelo apoio incondicional ao longo de todos esses anos. Ao meu caçula Henzo, por eu ter o privilégio de acompanhar seu crescimento e aprender, diariamente, com a alegria que ele traz à nossa família.

À minha família do coração, que não é de sangue, mas de vida: Gercina, Cessivaldo e Jocielli, por todo acolhimento e apoio sincero.

Às minhas amigas de vida, Lorrany e Vitoria, que estão comigo em todas as fases, em todos os ciclos, celebrando conquistas e atravessando comigo os desafios. À Jamile, amiga que a faculdade me deu, parceira de todas as horas, minha “topa tudo”.

Ao meu companheiro, Claudilson, por todo apoio, pela compreensão, por dividir comigo as alegrias, as angústias e os sonhos. Obrigada por caminhar ao meu lado.

À minha orientadora, Williane Corôa, pelo incentivo constante, pela paciência, pelo acolhimento e pelas risadas compartilhadas ao longo dessa trajetória. A maior parte do que sou academicamente devo a ela, que, além de professora, é humana, generosa e amiga.

A todos os professores que cruzaram meu caminho, em especial Joscenilda Lima e Adenilza, que foram essenciais no meu despertar para a docência e no meu desejo de ser professora.

Agradeço à PROAF pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, que estimulou minha curiosidade pela Linguística e contribuiu para ampliar meu interesse pelas discussões relacionadas à formação do português brasileiro. À UNEB, aos colegas de curso, que fizeram esse percurso ao meu lado.

E a todos aqueles que me conhecem desde a infância, que viram e continuarão vendo meu crescimento como estudante, profissional e ser humano.

A cada um que contribuiu para que este sonho se tornasse possível, deixo aqui o meu mais sincero e eterno obrigado.

*“Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para  
você em Cristo Jesus”  
1 Tessalonicenses 5:18*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) analisa as principais hipóteses explicativas para a formação do português brasileiro (PB), enfocando a Hipótese da Deriva e a Hipótese do Contato. A Hipótese da Deriva argumenta que o PB é resultado de uma evolução natural e gradual do português europeu arcaico, mantendo continuidade histórica sem rupturas causadas pelo contato com outras línguas. Em contraste, a Hipótese do Contato destaca a influência significativa das línguas indígenas e africanas no desenvolvimento do PB, reforçando a importância das condições sociais e históricas do Brasil colonial, como a transmissão linguística irregular, processos de pidginização e crioulização. O estudo apresenta uma revisão bibliográfica crítica das contribuições teóricas de autores como Naro e Scherre (2007), Castilho (2014) (deriva), Lucchesi (2012), Avelar, Galves (2014), Santos da Silva (2023) (contato), confrontando suas perspectivas e evidências. Além disso, discute as limitações e possíveis complementariedades entre as abordagens, propondo que a complexidade sociolinguística brasileira exige uma visão integrada para compreender as transformações do português no Brasil.

**Palavras-chave:** português brasileiro; hipótese da deriva; hipótese do contato; formação linguística; sociolinguística.

## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis analyzes the main explanatory hypotheses for the formation of Brazilian Portuguese (BP), focusing on the Drift Hypothesis and the Contact Hypothesis. The Drift Hypothesis argues that BP is the result of a natural and gradual evolution of archaic European Portuguese, maintaining historical continuity without ruptures caused by contact with other languages. In contrast, the Contact Hypothesis highlights the significant influence of indigenous and African languages on the development of BP, reinforcing the importance of the social and historical conditions of colonial Brazil, such as irregular linguistic transmission, pidginization processes, and creolization. The study presents a critical literature review of the theoretical contributions of authors such as Naro and Scherre (2007), Castilho (2014) (drift) and Lucchesi (2012), Avelar, Galves (2014), Santos da Silva (2023) (contact), confronting their perspectives and evidence. In addition, it discusses the limitations and possible complementarities between the approaches, proposing that the Brazilian sociolinguistic complexity requires an integrated view to understand the transformations of Portuguese in Brazil.

**Keywords:** Brazilian Portuguese; drift hypothesis; contact hypothesis; linguistic formation; sociolinguistics.

## SUMÁRIO

1	10	
2	HIPÓTESE DA DERIVA	12
2.1	12	
2.2	Principais defensores da hipótese da deriva e suas bases teóricas	12
2.2.1	Anthony Julius Naro e Maria Marta Pereira Scherre no livro Origens do Português Brasileiro	13
2.2.2	Ataliba T. de Castilho em Nova Gramática do Português Brasileiro	17
2.3	Resumo do capítulo	20
3	HIPÓTESE DO CONTATO	21
3.1	Conceito	21
3.2	Principais defensores da hipótese do contato e suas bases teóricas	21
3.3	Resumo do capítulo	30
4	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS HIPÓTESES	31
4.1	Pontos de convergência e divergência entre as hipóteses da deriva e do contato	31
4.2	Avaliando as teorias para os estudos da história do PB	34
4.3	Resumo do capítulo	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	41

## 1 INTRODUÇÃO

A formação do português brasileiro (PB) constitui um dos temas centrais e mais complexos dos estudos linguísticos no Brasil, suscitando discussões que envolvem questões históricas, socioculturais e linguísticas. Desde o período colonial, a língua portuguesa passou por um processo de transformação e adaptação no território brasileiro, influenciada por fatores internos e externos à própria língua. Entender esse processo implica analisar os mecanismos que possibilitaram o surgimento de variações e características próprias no português falado no Brasil, distinguindo-o do português europeu contemporâneo, mas também evidenciando laços de continuidade com suas raízes históricas.

Duas hipóteses principais têm orientado a pesquisa acadêmica sobre a origem e evolução do português brasileiro: a Hipótese da Deriva (ou Deriva Secular) e as Hipóteses do Contato Linguístico<sup>1</sup>. A Hipótese da Deriva sustenta que o PB resultou de uma evolução autônoma e interna do português europeu arcaico, eximindo a influência significativa de outras línguas. Ela argumenta que as mudanças linguísticas que configuraram o português falado no Brasil decorreram de processos naturais e graduais, semelhantes aos processos observados em outras línguas que passaram por transformações internas ao longo do tempo.

Em contraste, a Hipótese do Contato destaca a importância da interferência linguística provocada pelo encontro de línguas indígenas, africanas e outras línguas europeias, dentro do contexto histórico de colonização, escravidão e migração. Essa perspectiva enfatiza que o português brasileiro se formou a partir de processos de contato linguístico intenso, como a transferência de estruturas gramaticais e lexicais, além da ocorrência de fenômenos como pidginização e crioulização, especialmente em situações de transmissão linguística irregular.

Este trabalho propõe uma análise comparativa dessas duas abordagens, apresentando suas contribuições teóricas, os principais defensores e as críticas que cada uma enfrenta. O estudo também busca identificar possíveis convergências e complementaridades entre as hipóteses, reconhecendo que a complexidade sociolinguística do Brasil pode demandar uma visão multifacetada para a explicação

---

<sup>1</sup> Existem diferentes perspectivas teóricas que se inserem nesse campo. Algumas delas são diametralmente divergentes.

do desenvolvimento do português brasileiro<sup>2</sup>. Com essa análise, pretende-se contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a dinâmica da formação linguística no Brasil, destacando a riqueza cultural e histórica que permeia o idioma falado por mais de duzentos milhões de brasileiros.

Assim, este trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica rigorosa, buscando fornecer um panorama crítico que permita compreender não apenas os aspectos linguísticos, mas também os contextos sociais e históricos que influenciaram a emergência e consolidação do português brasileiro.

---

<sup>2</sup> O trabalho de Pagotto (2007) também chama a atenção para a impossibilidade de haver uma hipótese única para a formação histórica do PB.

## 2 HIPÓTESE DA DERIVA

Neste capítulo, abordaremos a Hipótese da Deriva na formação do português brasileiro. Hipótese da deriva ou deriva secular (como também é conhecida) atribui a origem do português brasileiro a um processo evolutivo natural do português europeu arcaico, semelhante ao que aconteceu com outras línguas. Para os estudiosos que defendem essa visão, o PB representa uma continuidade do português antigo de Portugal, sofrendo apenas modificações graduais, já que as características presentes no PB possuem correspondentes no português europeu antigo. Apresentamos as contribuições de autores como Naro e Scherre (2007), Castilho (2014).

### 2.1 CONCEITO

A Hipótese da Deriva, também chamada de deriva secular, parte do pressuposto de que as mudanças linguísticas que levaram à formação do português brasileiro (PB) decorreram de processos internos e naturais da língua, sem depender essencialmente do contato com outras línguas<sup>3</sup>. Segundo essa perspectiva, o PB seria o resultado de uma evolução contínua e autônoma do português europeu arcaico, com transformações graduais que se acumulam ao longo do tempo.

No entanto, a hipótese da deriva se contrapõe à Hipótese do Contato, a Hipótese da Deriva privilegia os fatores estruturais e internos da língua, considerando que as mudanças observadas no PB já estavam em curso desde o período arcaico do português europeu.

### 2.2 PRINCIPAIS DEFENSORES DA HIPÓTESE DA DERIVA E SUAS BASES TEÓRICAS

Nesta seção, apresentaremos a análise das obras dos principais defensores da Hipótese da Deriva, com destaque para os estudos de Ataliba T. de Castilho e Anthony Julius Naro e Maria Marta Pereira Scherre<sup>4</sup>. O objetivo é compreender as bases teóricas que fundamentam essa hipótese, segundo a qual as mudanças observadas

---

<sup>3</sup> É importante destacar que o conceito de *deriva linguística* tem origem nos estudos do linguista norte-americano Edward Sapir, especialmente em sua obra de 1921.

<sup>4</sup> O filólogo Serafim da Silva Neto também defende a Hipótese da Deriva; contudo, em razão do escopo deste Trabalho de Conclusão de Curso, suas contribuições não serão abordadas.

no português brasileiro resultam de um processo evolutivo interno e natural da própria língua, sem depender diretamente de fatores externos.

### **2.2.1 Anthony Julius Naro e Maria Marta Pereira Scherre no livro *Origens do português brasileiro***

Naro e Scherre (2007) no livro “*Origens do Português Brasileiro*” investigam as origens do português brasileiro partindo da ideia de que o PB, especialmente o falado por pessoas com baixa escolaridade e/ou residentes em áreas rurais e periféricas, denominado português popular ou vernacular brasileiro, não sofreu influência significativa de línguas indígenas ou africanas no plano morfossintático e fonológico. Naro e Scherre (2007) encontram traços atribuídos com exclusividade ao PB popular em documentos históricos, bem como em dialetos populares de Portugal, fato que os leva a negar o papel central do contato linguístico na formação do PB. Assim, a variedade que deu origem ao PB não correspondia ao português da elite nem ao português europeu atual, mas a um português popular e heterogêneo que, tanto em Portugal quanto no Brasil, evoluiu de modos e em ritmos distintos. No Brasil, essa mudança pode ter sido acelerada pelo que os autores chamam de “confluência de motivos”.

Nessa perspectiva, o PB é o resultado da atuação de diversas forças de diferentes origens, e não apenas o PE modificado por influências africanas. Naro e Scherre (2007) procuram identificar o que caracteriza o PB como tal e confrontar essas características com características do português clássico, com diversas línguas românicas e com a língua mãe, o latim.

Naro e Scherre (2007) apontam que o português brasileiro não passou por uma reestruturação radical. O que se observa no Brasil, em comparação com Portugal, é apenas uma diferença na frequência de uso de determinadas construções, influenciada por uma confluência de fatores. No entanto, segundo os autores, não há no PB a origem de fenômenos tipicamente associados a línguas crioulas. Em outras palavras, todas as variações presentes no PB, muitas vezes interpretadas por outros estudiosos como resultado de processos de semicrioulização, crioulização ou mesmo crioulização leve, não têm essa origem apenas têm um uso mais frequente no PB,

efeito de vários fatores da sua história externa, mas fundamentalmente não foram criadas aqui.

Segundo Naro e Scherre (2007, p.28) “O que se tem documentado no Brasil é o uso da chamada língua geral, como “um pidgin ou coiné simplificado de origem tupi”, utilizada desde o início da colonização até o século XVIII, período em que a língua portuguesa começou a se difundir entre a população. Houve registros da língua geral paulista e da língua geral amazônica, empregadas em momentos distintos para viabilizar a comunicação entre europeus, indígenas e, em certos casos, africanos, que também chegaram a aprender pelo menos uma dessas línguas. Assim, a ausência de documentos que confirmem a existência de uma língua crioula, aliada à presença comprovada da língua geral, leva Naro e Scherre (2007) a rejeitar a hipótese de criouliização ou semicriouliização, argumentando que a língua geral teria cumprido o papel de intermediação linguística entre indígenas, africanos e portugueses, considerando as diferenças no processo de aprendizado.

Na perspectiva de Guy (1989 apud Naro e Scherre, 2007), a concordância variável do PB seria fruto de um processo de criouliização prévia que teria ocorrido no desenvolvimento histórico da língua. Em contrapartida, Naro e Scherre (2007) destacam que esse tipo de variação já estava presente no latim, o que indica que, no PB, ela seria resultado de uma deriva linguística anterior ao período românico, e não uma inovação exclusiva. Os autores também recorrem à distribuição geográfica como evidência: caso a influência africana fosse determinante para o PB, seria esperado encontrar maior variação nas áreas com maior concentração de escravos africanos, mas os fatores que realmente se correlacionam com maior variação são os níveis de escolaridade e o contraste entre áreas rurais e urbanas, independentemente da presença histórica de populações escravizadas.

Naro e Scherre (2007) comparam o PB moderno com textos medievais do PE com o intuito de provar que a concordância variável existente no português popular do Brasil já existia muito antes lá do que cá. Após a comparação, os autores defendem que a menor saliência fônica favorece a ausência de marcação explícita do plural. Isso é observado, por exemplo, na oposição entre *dava* e *davAM*, cuja distinção sonora é menor e tende a se perder mais facilmente, em contraste com *é* e *são*, cuja diferença fônica é maior, tornando-as mais resistentes a mudanças. Assim, segundo Naro e Scherre (2007) quanto menor for a diferença entre singular e plural, menor será a

tendência de marcar explicitamente o plural, tanto nos textos medievais quanto no português brasileiro contemporâneo.

Outra variável analisada por Naro e Scherre (2007) foi o traço [±] humano do sujeito: em ambos os contextos, textos medievais e português moderno do Brasil, sujeitos humanos no plural apresentam maior probabilidade de exigir marca de concordância explícita do que sujeitos não humanos. No que diz respeito à posição e à distância entre sujeito e verbo, verificou-se que, à medida que o sujeito se afasta ou surge após o verbo, a concordância tende a ser menos marcada. Contudo, os autores destacam que esse efeito de posposição não se manifesta com a mesma intensidade nos textos antigos, sendo mais forte na língua falada atual.

Naro e Scherre (2007) compararam dados do PB com dados do PE das últimas décadas, as comunidades de Helvécia e Rio de Contas, ambas localizadas no estado da Bahia, apresentam traços crioulizantes<sup>5</sup> em suas falas. Os autores analisam esses traços especificamente (i) uso da 1ª pessoa com forma verbal de 3ª pessoa, (ii) concordância de gênero e (iii) omissão de preposição em comparação com o português europeu não padrão. A partir dessa análise, concluem que tais variações, assim como muitas outras, ocorrem tanto em Portugal quanto no Brasil, o que afasta a hipótese de que elas sejam resultado de uma possível crioulização do PB.

Como etapa seguinte para demonstrar que o PE apresenta variações semelhantes às do PB, Naro e Scherre (2007) analisaram 12 estudos de dialetologia do português europeu que abrangem todo o território de Portugal (Peixoto, 1968; Silva Pereira, 1951; Moura, 1960; Alves, 1993; Marques, 1968; Mira, 1954; Cruz, 1991; apud Naro e Scherre, 2007, p. 91). No que diz respeito à concordância verbal, especialmente à neutralização entre a 1ª e a 3ª pessoas do singular, essa ocorrência aparece em sete dos 12 trabalhos, abrangendo regiões do centro, norte e sudeste do país.

De modo semelhante ao PB, os dados do PE moderno também revelam uso frequente da variante zero na marcação do plural quando o sujeito está à direita do verbo, e uma frequência menor dessa variante quando o sujeito se encontra à esquerda. Quanto à concordância nominal, a variação é menos expressiva do que na concordância verbal. Os fatores que reduzem a marcação explícita de plural no PE

---

<sup>5</sup> Os traços crioulizantes mencionados nesse trecho referem-se a características linguísticas que, em contextos de contato intenso entre línguas, costumam ser associadas a processos de formação de línguas crioulas ou a variedades fortemente influenciadas por esse tipo de contato.

são os mesmos observados no PB: “elemento nominal não nuclear à direita do núcleo do sintagma nominal, oposição singular/plural menos saliente, grau diminutivo e marca precedente zero de plural” (Naro e Scherre, p. 104). Assim, todas as variações apontadas por alguns autores como decorrentes de uma possível crioulização do PB também ocorrem no PE, embora com menor frequência algo previsível, dado o contexto sócio-histórico particular do Brasil.

Outro ponto fundamental para compreender certas variações presentes no PB, segundo Naro e Scherre (2007), é o conceito de transmissão linguística irregular (TLI). De acordo com Lucchesi (2009), esse tipo de transmissão é um dos fatores que explicam algumas das variações encontradas na língua.

Naro e Scherre (2007) argumentaram que para os defensores da hipótese de crioulização do PB, algo semelhante ocorreu com os africanos e outras etnias trazidas ao Brasil: após o período crítico de aquisição de suas línguas maternas, foram obrigados a aprender outras línguas em contextos extremamente precários, marcados por um contato intenso entre diferentes línguas e por um *input*<sup>6</sup> desordenado. Posteriormente, teriam socializado um pidgin<sup>7</sup>, que foi “nativizado” com o nascimento de crianças nessas comunidades, originando, segundo essa perspectiva, uma língua crioula ou semicrioula.

Naro e Scherre (2007), porém, consideram esse cenário improvável devido à presença das línguas gerais, que desempenharam papel importante no contato linguístico. Além disso, os autores afirmam que:

A transmissão linguística irregular, em si, não é determinante para a evolução linguística – o que determina o grau de reestruturação da língua transmitida é a configuração de fatores sociais, extralinguísticos, especialmente a atuação de uma norma, no sentido delimitado acima, e a premência da comunicação, agindo em sentidos contrários (Naro; e Scherre, p. 139).

Ou seja, para os autores, nem toda transmissão linguística irregular faz gerar uma nova língua, há também a atuação de fatores extralinguísticos e principalmente de uma norma que faça com que o falante “ajuste” sua fala a ela ou não. A inexistência

---

<sup>6</sup> Input refere-se ao conjunto de dados linguísticos aos quais o falante é exposto durante o processo de aquisição da língua.

<sup>7</sup> Pidgin é uma variedade linguística de contato, simplificada, sem falantes nativos, usada em contextos de comunicação entre grupos sem língua comum.

de uma norma faz com que o falante adquira a língua sem nenhuma intenção além de se fazer entender e ser entendido.

Segundo Naro e Scherre (2007), o termo “transmissão linguística irregular” carrega uma conotação negativa, como se algo irregular estivesse errado, mas os autores não compartilham dessa interpretação. Conforme discutido anteriormente, pesquisas de diversos estudiosos portugueses mostram que as variações do PB, muitas vezes consideradas características crioulas, já existiam no PE seja em variedades regionais contemporâneas, seja historicamente. Dessa forma, a língua portuguesa que chegou ao Brasil durante a colonização não correspondia à língua padrão de Portugal, nem provinha de apenas uma região do país; o que chegou ao território brasileiro já era uma língua diversificada em sua origem. Portanto, o que ocorreu na formação do PB foi uma “nativização” do português falado pelos colonizadores, feita por africanos, indígenas e outras etnias presentes, sem que houvesse qualquer ruptura tipológica. Ou seja, essas comunidades passaram a falar e transmitir a língua recebida de forma contínua e sem mudanças estruturais.

Para Naro e Scherre (2007), o uso do termo *transmissão linguística irregular* pressupõe a aceitação da hipótese de crioulização do português brasileiro, uma vez que sugere a ocorrência de uma ruptura estrutural no processo de transmissão da língua. Em contraposição, os autores defendem o conceito de *nativização*, por considerarem que ele descreve de forma mais adequada o fenômeno observado: não houve a formação de um pidgin nem de um crioulo, mas sim a apropriação de uma língua já em processo de variação, inicialmente adquirida como segunda língua por determinados grupos de falantes e, posteriormente, transmitida como língua materna às gerações seguintes. Assim, ao introduzirem o conceito de nativização, Naro e Scherre (2007) afastam-se das interpretações vinculadas à crioulização e reafirmam a continuidade estrutural do português, entendendo as mudanças observadas como resultado de processos internos e históricos da própria língua.

### **2.2.2 Ataliba T. de Castilho em *Nova gramática do português brasileiro***

Ataliba T. de Castilho (2014) em seu livro *Nova Gramática do Português Brasileiro*, o estudo sobre a formação do português brasileiro passou de uma visão

biológica da língua para uma interpretação social, considerando-a como expressão da própria identidade nacional, marcada pela mestiçagem.

Castilho (2014) pontua que uma questão recorrente entre linguistas e estudiosos da língua é: por que o português brasileiro é como é? e por que ele difere do português europeu, e de que forma essa diferença se consolidou ao longo da história? Essas perguntas ganharam força a partir da independência política do Brasil, em 1822, quando o sentimento nacionalista também passou a reivindicar uma identidade linguística própria. Desde então, descrever e interpretar o português brasileiro tornou-se parte do projeto cultural do país.

Segundo Castilho (2014, p.186), as interpretações sobre a origem do PB seguiram três principais caminhos:

- I. O entendimento de que já existiria uma língua brasileira, resultante da evolução natural e interna do português europeu;
- II. A visão de que o PB se formou a partir do contato com línguas africanas e indígenas, sendo fortemente influenciado por essas interações culturais e linguísticas;
- III. A interpretação de que o PB seria uma continuação direta do português arcaico, preservando estruturas antigas que o português europeu modificou após o século XVIII.

Dentro desse panorama, a Hipótese da Deriva se alinha ao primeiro e ao terceiro pontos, ao defender que as diferenças entre o PB e o PE não derivam essencialmente do contato linguístico, mas sim de mudanças internas e gradativas que já estavam em curso desde o período arcaico do português.

De acordo com Castilho (2014), o fortalecimento da ideia de que o português brasileiro constituiria uma língua autônoma também se deveu à influência do nacionalismo romântico. Inspirados pelo espírito de independência que marcava o século XIX, muitos estudiosos da época passaram a defender que, assim como o português havia se originado do latim na Europa, o brasileiro estaria surgindo a partir do português em solo americano. Essa interpretação considerava que as línguas indígenas e africanas haviam desempenhado um papel fundamental na formação de uma nova língua no Brasil, distinta daquela falada em Portugal.

Castilho (2014) afirma que com o passar do tempo, a interpretação sobre a origem do português brasileiro (PB) deixou de se apoiar em uma visão biológica da língua e passou a ser compreendida sob uma perspectiva social. Nesse novo entendimento, a língua é concebida como parte essencial da identidade coletiva. Ela

reflete quem somos enquanto povo. Assim, considerando que a formação do Brasil é marcada pela mestiçagem étnica e cultural, muitos estudiosos passaram a associar essa diversidade à explicação das diferenças linguísticas entre o português do Brasil e o de Portugal.

Para Castilho (2014), compreender a evolução de uma língua implica, primeiro, descrevê-la em detalhe e, em seguida, localizar os pontos de tensão em sua estrutura, ou seja, os aspectos suscetíveis à mudança com o passar dos séculos. Essa abordagem representa uma visão estruturalista da história das línguas, na qual as transformações são entendidas como parte de um processo interno e natural de reorganização do sistema linguístico.

Com base nessa interpretação, Castilho (2014) propôs que o português brasileiro (PB) seria o resultado de uma mudança natural e contínua, motivada por tendências evolutivas que já se manifestavam na Península Ibérica antes mesmo da colonização do Brasil. Assim, o PB pode ser visto como uma continuação direta do português arcaico, preservando e desenvolvendo características que já estavam presentes naquele estágio da língua.

Nesse sentido, para Castilho (2014) a questão central não seria “por que o português brasileiro se diferenciou do português europeu”, mas sim o inverso: “por que o português europeu não evoluiu na mesma direção que o brasileiro?”. Ou seja, enquanto o PB manteve e aprofundou certas tendências estruturais do português antigo, o português europeu moderno seguiu por outros caminhos de mudança linguística.<sup>8</sup>

Segundo Castilho (2014), as transformações que caracterizam o português brasileiro não seriam resultado de fatores externos, como o contato com outras línguas, mas de processos intrínsecos à própria estrutura do português arcaico. Essa concepção implica que a língua se modifica continuamente, obedecendo a linhas de força tecnicamente denominadas derivas, que emergem de suas próprias tendências fonéticas, morfológicas e sintáticas.

Nessa linha de argumentação, Castilho (2014) apoia-se em exemplos clássicos propostos por Câmara Jr. (1957), que demonstram como determinadas construções do português brasileiro podem ser explicadas por mecanismos estruturais

---

<sup>8</sup> Vale destacar que esta tese do PB como uma "língua conservadora" frente ao PE já fora desenvolvida por Silva Neto (1950).

internos, sem a necessidade de recorrer à hipótese do contato linguístico. O caso da substituição do clítico “o” pelo pronome tônico “*ele*”, na passagem de “*eu o vi*” para “*eu vi ele*”, ilustra esse processo. De acordo com Câmara Jr. (1957), a sequência sonora resultante da próclise em “eu o vi” ([uvi]) favorece o apagamento da vogal átona inicial, fenômeno recorrente na história do português. A supressão desse elemento cria um vazio sintático na posição do objeto direto, levando à adoção do pronome tônico “*ele*” como forma de compensação. Dessa forma, a mudança não se explicaria por influência externa, mas como consequência natural da dinâmica interna da língua.

Ao defender a hipótese da deriva, Castilho (2014) sustenta que o português brasileiro constitui uma continuação evolutiva do português médio, orientada por tendências estruturais previstas na própria língua. A variação observada, portanto, não deve ser interpretada como indício de ruptura ou crioulização, mas como resultado do desenvolvimento interno de um sistema linguístico em permanente transformação.

É importante destacar que a Hipótese da Deriva, por ser uma teoria mais clássica dentro dos estudos sobre o português brasileiro, apresenta uma escassez de trabalhos contemporâneos. Isso se deve, em parte, a predominância das abordagens de contato linguístico nas pesquisas recentes, que têm recebido maior atenção da academia. Entretanto, compreender essa hipótese é fundamental para reconhecer que o PB pode ser interpretado como resultado de mudanças internas e graduais, independentemente das influências externas, oferecendo uma perspectiva complementar à Hipótese do Contato, enquanto a primeira evidencia o papel do contato entre línguas no contexto sociolinguístico brasileiro, a segunda contribui para explicar por que determinadas mudanças se mostram recorrentes, estáveis e estruturalmente motivadas, reforçando uma interpretação mais abrangente e integrada da formação do português brasileiro.

### 2.3 RESUMO DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou a Hipótese da Deriva na formação do português brasileiro, mostrando que a origem do PB pode ser compreendida como resultado de mudanças internas e graduais do português europeu arcaico, em continuidade histórica, sem depender essencialmente do contato com outras línguas. Foram

discutidas as contribuições de Naro e Scherre (2007), que demonstram que variações do português popular brasileiro, como neutralizações verbais e diferenças na marcação do plural, já existiam em Portugal, e que processos como a nativização explicam a adaptação da língua pelos colonizadores, indígenas e africanos sem ruptura estrutural, e Ataliba T. de Castilho, onde, destacou-se a concepção do português brasileiro como uma língua em permanente construção, marcada por processos de reorganização interna, simplificação morfossintática e forte condicionamento pelo uso.

### 3 HIPÓTESE DO CONTATO

Neste capítulo, abordaremos a Hipótese do Contato na formação do português brasileiro, destacando como o contato com línguas indígenas e africanas influenciou a estrutura do idioma. Apresentamos as contribuições de autores como Lucchesi (2012), Avelar e Galves (2014), e Wellington da Silva (2023) em contraste com a teoria da deriva secular. O objetivo é mostrar como o contato, numa perspectiva que abrange a história social do Brasil, impactou a constituição do português falado no país.

#### 3.1 CONCEITO

A Hipótese do Contato enfoca a ideia de que uma língua não se desenvolve de forma isolada, mas é profundamente influenciada pelas interações com outras línguas. A trajetória social e linguística da formação do Brasil e, por consequência, do Português Brasileiro (PB), revela um cenário historicamente multilíngue, resultante do contato entre diferentes povos e idiomas, entre os quais se destacam o português europeu (PE), diversas línguas africanas e línguas indígenas (Lucchesi, 2017; Mattos e Silva, 1999; Negrão & Viotti, 2012;). Apesar dessa marcante diversidade linguística ao longo de sua formação, Lucchesi (2017) aponta que, na atualidade, cerca de 98% da população brasileira tem o português como língua materna. Assim, a constituição do PB percorre um processo que vai de uma forte heterogeneidade inicial para uma situação de homogeneidade linguística predominante.

#### 3.2 PRINCIPAIS DEFENSORES DA HIPÓTESE DO CONTATO E SUAS BASES TEÓRICAS

O grau em que o contato entre diferentes línguas contribuiu para definir as características do português falado no Brasil é um tema que a linguística tem debatido intensamente. Nesta seção, apresentaremos alguns teóricos que defendem a hipótese do contato como crucial para formação do PB, entre eles Lucchesi (2009; 2012), Avelar e Galves (2014), Santos da Silva (2023).

Um dos grandes defensores da hipótese do contato entre línguas africanas e indígenas na formação do português brasileiro é Dante Lucchesi. Em diversos trabalhos, Dante Lucchesi apresenta uma crítica fundamentada à teoria da deriva

secular na formação do português brasileiro. Sua crítica se baseia na proposta de "transmissão linguística irregular", dando ênfase ao contexto histórico e social.

Lucchesi (2012) apresenta uma análise aprofundada sobre a formação do português brasileiro, contestando a teoria da deriva secular defendida por sociolinguistas como Anthony Naro e Marta Scherre. O autor questiona a ideia de que as mudanças linguísticas no Brasil seriam meramente uma continuação das transformações ocorridas em Portugal, propondo, ao contrário, que a formação do português brasileiro foi intensamente marcada pelo contato linguístico, sobretudo com línguas africanas, durante o período colonial.

A aquisição precária do português como segunda língua por parte de milhões de índios brasileiros e africanos escravizados, bem como a socialização dessa variedade defectiva do português entre esses segmentos e a sua nativização entre os índios e afro-descendentes, desde o início da colonização do Brasil até meados do século XIX, desencadeou processos de variação e mudança nas variedades populares da língua portuguesa no Brasil, que se concentram na erosão de marcas morfológicas que não possuem valor informacional (Lucchesi, 2012, p. 252).

Lucchesi (2012) atribui um papel central à transmissão linguística irregular, ou seja, à aprendizagem do português como segunda língua em condições sociais adversas, o que resultou em simplificações morfossintáticas e em mudanças profundas nas variedades populares. As simplificações morfossintáticas observadas em comunidades afro-brasileiras, como a ausência de concordância nominal em expressões como "*as casa grande*" e de concordância verbal em frases como "*nós vai*" ou "*eles trabalha*", podem ser melhor compreendidas a partir do conceito de transmissão linguística irregular e dos processos de crioulização e pidginização no Brasil e em outras partes do mundo (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009, p. 27-32).

Ao lado do conceito de *transmissão linguística irregular*, Lucchesi (2012) enfatiza a importância das condições sociais e históricas como o contexto de colonização, a escravidão e a marginalização dos grupos afro-brasileiros para a compreensão das transformações linguísticas. É justamente esse conjunto de fatores que, segundo o autor, cria um cenário de descontinuidade no processo de aquisição e transmissão da língua, no qual grandes contingentes populacionais passaram a aprender o português em condições precárias de acesso à norma, o que caracteriza o que ele denomina *transmissão linguística irregular*. Essa teoria, segundo ele,

proporciona uma análise mais coerente e empiricamente embasada das mudanças observadas na língua, ao mesmo tempo que reflete melhor os processos sociolinguísticos reais vividos pelos falantes de português no Brasil (Lucchesi, 2012).

Lucchesi (2012) critica a abordagem de Naro e Scherre, que defendem a hipótese da Deriva Secular, ao sugerirem que a formação do português brasileiro poderia ser explicada por uma “deriva românica”, conceito que ele considera ultrapassado e sem suporte empírico (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009, p. 19-22). Sua crítica central à teoria da “deriva secular” reside na ausência de uma explicação convincente para a variação morfológica observada nas variedades populares do português brasileiro. Como demonstram Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), a teoria de Naro e Scherre, ao se concentrar em explicações estruturais e internas, desconsidera o peso do contato linguístico e dos fatores sociais na formação da língua. Essa perspectiva ignora o contexto histórico e social, limitando a compreensão dos processos linguísticos e obscurecendo a real dinâmica da formação do português brasileiro. Os autores destacam, com base em pesquisas de campo em comunidades rurais afro-brasileiras, que muitos dos fenômenos morfossintáticos, como a ampla variação na concordância nominal e verbal, não podem ser explicados apenas por tendências seculares já presentes na língua portuguesa, mas sim pelo impacto histórico do contato intenso com línguas africanas e indígenas durante os primeiros séculos da colonização (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009).

Segundo Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009), enquanto a norma culta do português brasileiro permaneceu relativamente próxima do modelo europeu, as variedades populares passaram por mudanças substanciais devido ao contato com línguas africanas e aos processos de pidginização e crioulização.

Ao longo de seus estudos, Lucchesi (2012) dedica-se a oferecer uma leitura sociolinguística da formação do português brasileiro que rompe com as explicações tradicionais, enfatizando o papel crucial do contexto de contato entre línguas. Sua crítica à teoria da deriva secular, que negligencia esses fatores externos, oferece uma compreensão mais profunda e alinhada com as realidades históricas e sociais que influenciaram a língua portuguesa no Brasil (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009).

O foco no contato é enfatizado por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) que explicam que, nos primeiros séculos, a comunicação entre colonizadores e indígenas se deu principalmente por meio da “língua geral”, baseada no tupi, amplamente

utilizada tanto nas relações cotidianas quanto na catequese promovida pelos jesuítas. Com o avanço da colonização e a expansão da economia açucareira no Nordeste, a necessidade de mão de obra levou à intensificação do tráfico de africanos escravizados, trazendo para o Brasil centenas de línguas africanas, o que tornou o ambiente linguístico ainda mais diverso.

Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) destacam, também, que a influência africana foi mais decisiva para a formação da realidade linguística brasileira do que a indígena e que desde os primeiros contatos, os povos indígenas sofreram um genocídio causado por violências, doenças e expulsão de suas terras, o que dificultou sua adaptação ao trabalho forçado e à vida urbana.

Com efeito, ao longo desses cinco séculos, perpetrou-se um verdadeiro genocídio dos povos indígenas. Quando não eram chacinados pelas “expedições punitivas”, eram dizimados por moléstias adventícias contra as quais não haviam desenvolvido qualquer imunidade uma simples virose dizimava tribos inteiras. Expulsos de suas terras, buscavam refúgios nas regiões mais recônditas e mais inacessíveis, onde encontravam abrigo da sanha “civilizatória”. Quando escravizados, não se adaptavam aos trabalhos forçados, sobretudo aos trabalhos agrícolas, em razão de suas características culturais intrínsecas. Sua adaptação à vida urbana era ainda mais remota (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009, p. 57).

A abordagem de Dante Lucchesi amplia a compreensão da formação do português brasileiro ao integrar fatores sociais, históricos e linguísticos. Ao enfatizar que a língua não se constitui de forma isolada, mas em permanente interação com as condições sociais e históricas de seu uso, Lucchesi (2012) permite uma leitura mais ampla e crítica da história do português no Brasil. Sua abordagem reforça a importância de uma história linguística que considere a diversidade cultural e a complexidade das relações sociais como elementos centrais na análise das mudanças linguísticas.

Outro trabalho importante para discutir a questão do contato é o trabalho de Avelar e Galves (2014), que trazem argumentos favoráveis à hipótese do contato, cujo contato entre as línguas africanas faladas pelos escravizados trazidos ao Brasil e o português europeu resultou em mudanças estruturais na língua falada na colônia.

Avelar e Galves (2014) defendem a hipótese do contato, segundo a qual algumas características gramaticais que distinguem o português brasileiro em relação às demais línguas românicas resultam do contato linguístico entre falantes de português e línguas africanas, especialmente as línguas bantas. Os autores

identificam dois caminhos principais para essa influência: (1) a transferência de estruturas frásicas e morfossintáticas das línguas africanas para o português aprendido como segunda língua pelos africanos escravizados; e (2) a emergência de traços novos provocados pelas dificuldades enfrentadas por esses falantes ao tentar reproduzir aspectos do PE.

Segundo Avelar e Galves (2014), as marcas do português falado como segunda língua pelos africanos foram incorporadas ao português aprendido como primeira língua no Brasil, difundindo-se nas variedades emergentes do português brasileiro, em um processo ainda a ser melhor compreendido em seus aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais. Tais marcas aparecem, segundo os autores, em Construções de tópico-sujeito (1), Predicados dativos com duplo objeto (2), Emprego de preposição em junto a complementos de verbos de movimento (3), Sintaxe pronominal (4), Nomes sem determinante (os chamados nomes nus) (5), como nos exemplos abaixo:

(1) **Construções de tópico-sujeito**

- a. “**Algumas concessionárias** tão caindo o preço [do carro]”
- a’. **Em algumas concessionárias** tá caindo o preço do carro.
  
- b. “No interior de SP e do Rio, **algumas cidades** nevam”
- b’. No interior de SP e do Rio, **em algumas cidades** neva.

(2) **Predicados dativos com duplo objeto**

- a. “ele vendia compade Jacó porco gordo” (Ele vendia um porco gordo a/para Compadre Jacó.)
- b. “cê manda pedi um empresti ele” (Você manda pedir um empréstimo a ele.)

(3) **Emprego de preposição em junto a complementos de verbos de movimento**

- a. Fui/Cheguei/Vim no cinema.
- b. Fui/Cheguei/Vim ao cinema.

(4) **Sintaxe pronominal**

- a. “**Me** empresta seu caderno?”
- a’. “Você pode **me** emprestar o seu caderno?”

- b. “Ela **me** viu **eu** saindo da sala.”
- b’. “Ela **me** viu saindo da sala.”

(5) **Nomes sem determinante (nomes singulares nus)**

- a. “Terrero era grande” (O terreiro era grande.) (Português Afro-brasileiro de Helvécia/Bahia - Baxter e Lopes 2009: 319)
- b. “Aí soldado pegou nós para carregar esse defunto” (Aí o soldado pegou nós...) (Português da Baixada Cuiabana - Lopes e Pagotto 2014: 6)

PORTUGUÊS BRASILEIRO PADRÃO

- a. Gato toma leite
- b. Criança gosta de tomate

A análise dessas estruturas reforça a hipótese de que o PB se afastou da norma europeia em diversos aspectos, o que não pode ser explicado exclusivamente por processos internos de mudança linguística, mas sim por um processo de contato prolongado e estrutural entre línguas.

Avelar e Galves (2014) destacam que grande parte dos africanos trazidos ao Brasil como escravizados era falante de línguas bantas, especialmente do quimbundo, que se consolidou como uma das principais línguas francas africanas utilizadas durante o período colonial. Ressaltam a importância de reconhecer os africanos como agentes ativos na construção linguística do Brasil, destacando que a língua portuguesa no país é resultado de um processo complexo de contato e reestruturação, e não apenas uma simples continuidade do PB.

Wellington Santos da Silva (2023) é outro autor que discute a questão do contato linguístico no contexto da diáspora africana no Brasil<sup>9</sup>. Santos da Silva (2020; 2023) propõe uma reflexão crítica sobre a escassez de estudos dedicados às línguas africanas trazidas pelos povos escravizados ao Brasil. Embora haja abundante produção acadêmica sobre a preservação cultural africana nas Américas, especialmente em campos como a religiosidade e a música, a dimensão linguística permanece negligenciada. Santos da Silva (2023) afirma que os estudos da historiografia linguística brasileira, sobretudo entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, concentraram-se na contribuição dos africanos para a formação

---

<sup>9</sup> Destaca-se inflexão teórico-metodológica implicada em trabalhos de Santos da Silva em relação as outras pesquisas é o fato de a permanência e a gramática das línguas africanas assumirem o primeiro plano da cena.

do português brasileiro. No entanto, essa abordagem nem sempre levou em conta, de maneira aprofundada, o contato direto entre as línguas africanas e o português. O autor também observa que há uma tendência recorrente de interpretar esse processo a partir de uma perspectiva de perda linguística, deixando em segundo plano outras dimensões do contato, como os processos de troca, adaptação e resistência que marcaram a vivência linguística dos africanos no Brasil.

Santos da Silva (2020; 2023) classifica a obra "*Os Africanos no Brasil*", de Raymundo Nina Rodrigues, como uma exceção no cenário da produção linguística brasileira entre os séculos XIX e XX, marcado pelo silenciamento das línguas africanas. Escrita entre 1890 e 1905 e publicada apenas em 1933, após a morte do autor, o livro reúne informações valiosas sobre línguas africanas ainda faladas em Salvador no final do século XIX. Nina Rodrigues identificou vocabulários de cinco dessas línguas e defendeu a importância de seu estudo, ainda que a partir de uma visão marcada por preconceitos raciais. Apesar das limitações teóricas e ideológicas de sua abordagem, seu trabalho sugere que os africanos escravizados não abandonaram imediatamente suas línguas de origem, preservando-as em determinados contextos.

Santos da Silva (2023) ressalta o valor documental e histórico do trabalho, que preserva registros linguísticos raros que ajudam a compreender a presença e a resistência das línguas africanas no Brasil. Contudo, enfatiza que, apesar dessa relevância, a obra de Nina Rodrigues é atravessada por uma visão extremamente racista, típica do pensamento científico de sua época, o que limita e distorce parte de suas interpretações.

Santos da Silva (2023) adota como referência o conceito de História Linguística formulado por Negrão e Viotti (2012), que propõem um campo de investigação distinto da Linguística Histórica tradicional. As autoras criticam a dicotomia entre história interna e externa da língua, argumentando que essa divisão não reflete a complexidade dos processos de mudança linguística. Em vez disso, propõem uma abordagem que compreende a língua como um sistema complexo, dinâmico e adaptativo, diretamente inserido em um ecossistema social, político, histórico e econômico.

O modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012) tem como sua fundamentação teórica básica as investigações conduzidas pelo linguista

congolês Salikoko Mufwene em torno daquilo que ele chama de evolução linguística. Segundo Santos da Silva (2023) pode-se afirmar que a proposta de Mufwene (2008) se insere em uma linha recente de aproximação entre a Linguística e as Ciências Biológicas. Diferente da perspectiva dominante no século XIX, que se baseava na comparação direta entre línguas e organismos vivos, Mufwene (2008) adota a ideia de que as línguas se assemelham às espécies biológicas, sendo influenciadas por pressões de ordem ecológica e passando por distintas etapas de evolução: a saber, o nascimento, o desenvolvimento, a especiação e a morte.

Negrão e Viotti (2012) e o próprio Santos da Silva (2023) adotam um conceito bastante caro à teoria desenvolvida por Mufwene (2008), a noção de ecologia linguística. Conceito antigo e multifacetado no campo da Linguística de Contato, a ecologia linguística refere-se ao conjunto de condições e circunstâncias em que ocorrem os processos de evolução das línguas. Esse conceito abrange fatores de ordem social, histórica, política, cultural e linguístico-gramatical, que influenciam o modo como determinada língua pode apresentar maior capacidade de adaptação e sobrevivência em relação a outras línguas ou “espécies” submetidas às mesmas pressões ecológicas.

Santos da Silva (2023) explica que para melhor compreensão do conceito de ecologia linguística dentro do recorte epistemológico é importante fazer uma exposição da sobre a perspectiva de Mufwene acerca da origem das línguas pidgins e crioulas. Segundo Santos da Silva (2023, p. 192), “O autor argumenta que as diferenças entre elas são derivadas das diferentes relações socioeconômicas estabelecidas nas localidades geográficas onde elas emergiram, engendrando, assim, diferentes ecologias de contato linguístico.”

Na visão de Mufwene (2008) a diferença entre pidgins e crioulos decorre das distintas relações socioeconômicas e das ecologias de contato linguístico em que se formaram. Para o autor, não há relação histórica entre esses dois tipos de língua, pois surgem em contextos ecológicos diferentes.

Segundo Mufwene (2008) os pidgins teriam origem nas colônias de trade, entrepostos comerciais na África e no Pacífico onde os colonizadores mantinham apenas contatos esporádicos e relativamente igualitários com os povos locais, sem se estabelecerem de forma definitiva. Nessas situações, a exposição aos vernáculos europeus era limitada e não havia necessidade de aquisição plena de outra língua.

Assim, o pidgin surgiu como solução prática para a comunicação interétnica, apresentando características como vocabulário reduzido, flexibilidade na ordem das palavras e diversidade morfológica. Mufwene (2008) afirma que, quando suas funções comunicativas se ampliaram, alguns pidgins se tornaram “pidgins expandidos” (como a língua falada na Papua-Nova Guiné).

Já os crioulos teriam emergido nas colônias de habitação, onde os colonizadores implantaram estruturas econômicas, sociais e políticas estáveis, baseadas no trabalho escravizado africano, especialmente no sistema de plantation. Esse modelo, precedido pelas homesteads (pequenas propriedades rurais), forçava a substituição das línguas africanas pelo vernáculo europeu, que se tornava a língua-alvo dos cativos. Com a expansão das plantations e o aumento da importação de africanos adultos, a aprendizagem do vernáculo europeu ocorria principalmente entre pares escravizados, em um contexto de segregação e especialização do trabalho. Essa ecologia sociolinguística resultou na formação das línguas crioulas.

Segundo Santos da Silva (2023) no período do Ciclo do Ouro no Brasil, entre os séculos XVII e XVIII, as condições econômicas e sociais estabelecidas na região mineradora de Minas Gerais contribuíram para a preservação e difusão da Língua Geral de Mina, de origem africana e pertencente à família Gbe, proveniente da Costa da Mina, na África Ocidental. A chegada de africanos escravizados dessa região e sua concentração nas áreas de extração aurífera criaram um contexto de convivência e interação que possibilitou a continuidade do uso desse idioma. Nesse cenário, marcado pela intensa atividade mineradora e pela estrutura social vigente, a Língua Geral de Mina (LGM) permaneceu presente no cotidiano das comunidades africanas e afrodescendentes, mantendo-se vital ao longo desse período histórico.

Como destaca Mufwene (2008), as línguas não são construções abstratas, mas sim instrumentos criados e adaptados pelos seres humanos conforme suas necessidades. Nessa perspectiva, Santos da Silva (2023) argumenta que compreender a vitalidade das línguas africanas no Brasil exige investigar de que forma essas línguas funcionaram como meios para que seus falantes enfrentassem os desafios impostos pela sociedade colonial.

À luz do referencial teórico exposto, argumentamos que a Língua Geral de Mina pode ser entendida como uma espécie de fotografia da história linguística dos africanos escravizados no Brasil, na medida em que os falantes desta variedade linguística foram inseridos numa estrutura

socioeconômica que, ao favorecer a manutenção de suas redes sociais de comunicação, deu condições de vitalidade ao vernáculo africano. Levantamos alguns aspectos relativos à origem histórica dos africanos escravizados em Minas Gerais e apresentamos dois traços gramaticais característicos das línguas Gbe que podem ser encontrados na LGM, a fim de argumentar a favor da sobrevivência da língua africana naquela ecologia linguística (Santos da Silva, 2023, p.194)

Santos da Silva (2023) argumenta que a LGM funciona como uma "fotografia" da história linguística desses povos, pois sua existência está intrinsecamente ligada a condições sociais e econômicas que favoreceram a continuidade do uso das línguas africanas. Inseridos em contextos comunitários que permitiam a preservação de vínculos linguísticos e culturais, esses falantes mantiveram práticas comunicativas que deram vitalidade a seus vernáculos.

A análise do documento que registra a LGM, bem como do agente que o produziu, é essencial para situar historicamente esse fenômeno, além de lançar luz sobre a origem étnico-linguística dos africanos escravizados na região. Ao identificar traços gramaticais das línguas Gbe presentes na LGM, Santos da Silva (2023) reforça a tese da resistência e permanência de elementos africanos no cenário linguístico colonial, demonstrando como a ecologia linguística local possibilitou a sobrevivência dessas marcas culturais no Brasil.

### 3.3 RESUMO DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou a Hipótese do Contato como perspectiva central para compreender a formação do português brasileiro. A partir das contribuições de Lucchesi (2012), Avelar e Galves (2014) e Wellington Santos da Silva (2023), discutimos como o contato com línguas africanas e indígenas, aliado às condições históricas e sociais da colonização. A análise mostrou que a aquisição precária do português como segunda língua por indígenas e africanos escravizados resultou em simplificações morfossintáticas e na emergência de estruturas inovadoras, muitas delas ainda presentes nas variedades populares do PB. Além disso, destacamos a relevância da ecologia linguística, proposta por Mufwene (2008), para compreender a sobrevivência e a vitalidade de línguas africanas no Brasil, como a Língua Geral de Mina. Assim, o capítulo reforça que o PB é resultado de um processo histórico multilíngue, no qual o contato linguístico foi decisivo para criar sua estrutura.

## 4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS HIPÓTESES

Neste capítulo, procedemos a análise comparativa entre a Hipótese da Deriva e a Hipótese do Contato, duas das principais linhas explicativas sobre a constituição do português brasileiro (PB). Com base na revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores, especialmente na contextualização histórica e nos modelos teóricos que orientaram a interpretação das mudanças estruturais no PB, buscamos aqui confrontar essas perspectivas, destacando suas convergências, divergências e implicações teóricas

### 4.1 PONTOS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA ENTRE AS HIPÓTESES DA DERIVA E DO CONTATO

A análise comparativa entre a Hipótese da Deriva e a Hipótese do Contato permite identificar tanto aproximações quanto divergências fundamentais entre os dois modelos explicativos discutidos nos capítulos anteriores. A partir das contribuições de Naro e Scherre (2007) e de Castilho (2014) principais representantes da perspectiva da deriva, e de autores como Lucchesi (2012), Avelar e Galves (2014) e Wellington da Silva (2023), torna-se possível compreender como cada vertente interpreta a formação do português brasileiro (PB) e quais fatores considera determinantes para as mudanças estruturais observadas na língua.

Apesar de partirem de pressupostos distintos, ambas as hipóteses convergem em alguns pontos importantes. Primeiramente, tanto a Deriva quanto o Contato reconhecem que o processo de formação do português no Brasil deve ser entendido à luz da história social. Naro e Scherre (2007), mesmo negando rupturas estruturais profundas do ponto de vista linguístico, admitem que a evolução do PB foi condicionada por fatores externos, como os diferentes perfis sociolinguísticos dos colonizadores e a distribuição desigual do acesso à escolarização. Da mesma forma, Castilho (2014) reconhece que a organização social do Brasil colonial desempenhou papel relevante na maneira como o português se consolidou no território.

Outro ponto de convergência é o reconhecimento da heterogeneidade linguística desde o início da colonização. Tanto Naro e Scherre (2007) quanto Lucchesi (2012) ressaltam que o português que chega ao Brasil não era uma variedade homogênea, mas um conjunto de falares regionais já bastante diversificados. A existência documentada das línguas gerais especialmente discutida

também é reconhecida pelos autores como parte essencial do cenário multilíngue colonial.

Ambas as propostas também convergem no que diz respeito à possibilidade de crioulização. Em ambas as propostas se nega a existência de um crioulo, apesar de a argumentação utilizada divergir. Naro e Scherre (2007) argumentam que a presença documentada das línguas gerais teria evitado a formação de pidgins ou crioulos no Brasil, uma vez que funcionaram como um meio estável de comunicação.

Lucchesi (2019) também aponta que as línguas gerais atuaram como línguas francas eficazes no Brasil colonial, reduzindo a necessidade de um pidgin ou crioulo e contribuindo para a manutenção do português como língua-alvo, mesmo em contextos de intenso contato. Embora por meio de referenciais teóricos distintos, o autor igualmente não sustenta que tenha havido crioulização plena no Brasil, mas sim a formação de variedades afro-brasileiras do português resultantes de processos de aquisição imperfeita da língua.

Há importantes registros históricos da manutenção em uso de uma língua franca indígena no Nordeste do Brasil colonial: os escravos, desde cedo, teriam tido contato com a língua geral tupinambá, mas, com a violenta redução da presença indígena, passaram a ter contato preferencial com o português (Lucchesi, 2019, p. 232).

A citação de Lucchesi (2019) mostra que a presença da língua geral tupinambá no Brasil colonial pode ter evitado um cenário que poderia gerar um pidgin ou crioulo. Com a diminuição da população indígena, esses grupos passaram gradualmente a adotar o português, o que resultou em uma transição contínua, sem ruptura tipológica. Assim, Lucchesi (2019) reforça que o contexto brasileiro desestimulou uma crioulização plena, favorecendo a formação de variedades do português influenciadas pelo contato.

As divergências entre a Hipótese da Deriva e a Hipótese do Contato emergem, sobretudo, do modo como cada modelo explica a formação do português brasileiro e interpreta os fatores que motivaram suas mudanças linguísticas. Enquanto a Hipótese da Deriva atribui as transformações do PB a mecanismos internos de evolução gradual já presentes no português europeu arcaico, a Hipótese do Contato ressalta o papel estruturante das interações entre falantes de línguas africanas, indígenas e o português dos colonizadores.

A principal diferença entre as duas propostas reside na origem dos fenômenos linguísticos do PB. Para a Hipótese da Deriva fenômenos como a concordância variável, neutralizações verbais, uso de pronomes tônicos como objeto direto e redução de marcas morfológicas já existiam no português arcaico e foram apenas preservados ou intensificados no Brasil. A mudança, portanto, não implica ruptura estrutural: o PB seria continuidade histórica do português europeu popular, heterogêneo desde sua chegada.

Para a Hipótese do Contato, porém, esses mesmos fenômenos são interpretados como resultado de processos de aquisição linguística em condições adversas, marcadas pela presença de milhares de africanos e indígenas submetidos ao bilinguismo forçado e assimetrias sociais profundas.

Os defensores do contato, ao contrário, enfatizam que as condições sociais do período colonial marcadas por escravização massiva, plurilinguismo compulsório, genocídio de indígenas, influência africana e ausência de ensino formal favoreceram reestruturações profundas, ainda que nem sempre configuradas como crioulização estrita. É justamente nesse ponto que a noção de ecologia linguística, tal como desenvolvida por Mufwene (2008), e retomada por Santos da Silva (2023) se torna fundamental, pois permite compreender essas transformações como resultado de interferências linguísticas diretas e respostas adaptativas às pressões sociais, históricas e políticas que modificaram cada contexto de colonização. Santos da Silva (2023) retoma esse conceito de ecologia linguística destacando que a ecologia linguística abrange o conjunto de circunstâncias que condicionam a evolução das línguas, incluindo fatores culturais e gramaticais que afetam a capacidade de adaptação e sobrevivência de cada variedade. Ao dialogar com a perspectiva de Mufwene (2008) sobre a formação de pidgins e crioulos, o autor mostra que as diferenças entre essas línguas se explicam pelas distintas relações socioeconômicas estabelecidas em cada localidade colonial, o que resultou em ecologias de contato específicas e trajetórias evolutivas igualmente singulares.

Além disso, as hipóteses diferem de maneira significativa quanto ao peso atribuído aos fatores externos no processo de mudança linguística. No quadro teórico da Deriva, conforme formulado por Naro e Scherre (2007), elementos sociais podem até atuar como aceleradores ou moduladores das transformações, mas não constituem sua causa central; a mudança decorre, primordialmente, de tendências

internas ao próprio sistema linguístico. Em contraste, para os defensores da Hipótese do Contato, o cenário colonial brasileiro, marcado pelo multilinguismo, pela escravização de africanos e pela profunda assimetria entre grupos sociais, criou um ambiente que levou a processos de simplificação, nivelamento e reanálise que afetaram padrões sintáticos, morfológicos e fonológicos.

Por fim, as duas hipóteses também se distanciam quanto à explicação sobre o que distingue PB e PE na atualidade. A Deriva, segundo Castilho (2014), sustenta que a pergunta central não é por que o PB mudou, mas por que o PE mudou em outra direção, tendo o PB preservado tendências antigas do português arcaico. A Hipótese do Contato, em contraste, afirma que o PB se distanciou do PE justamente porque foi profundamente atravessado por dinâmicas históricas próprias da sociedade colonial escravista, o que fez emergir uma variedade brasileira com características estruturais específicas.

#### 4.2 AVALIANDO AS TEORIAS PARA OS ESTUDOS DA HISTÓRIA DO PB

Tomando como referência o estudo recente de Charlotte Galves “*Do português clássico ao português brasileiro: herança, raízes, deriva e contato*”, publicado este ano em Working Papers, apresentaremos evidências contrárias a hipótese da deriva. Galves (2025) apresenta uma análise aprofundada acerca da formação histórica do português brasileiro (PB), problematizando explicações tradicionais centradas na chamada “deriva lusitana e românica” e oferecendo uma interpretação que articula herança estrutural e efeitos do contato linguístico. A partir de corpora sintaticamente anotados o *Corpus Tycho Brahe* (CTB) e o *Post-Scriptum* (CPS), que cobrem o período entre os séculos XVI e XIX, a autora analisa o uso dos determinantes na história do português europeu e evidencia que certas mudanças observadas no PB não podem ser plenamente compreendidas apenas pela hipótese da deriva secular, tal como formulada por Silva Neto (1977 [1950]) e retomada por Naro e Scherre (2007).

Segundo a perspectiva da Deriva, haveria um “vetor de desenvolvimento” intrínseco às línguas românicas, um processo previsível de mudança que o português brasileiro teria apenas acelerado sob efeito do contato. Essa ideia se apoia na noção de tendência pan-românica, expressão usada por Simonenko & Carlier (2020, 2022)

e retomada por Galves (2025) para designar um movimento abrangente em várias línguas românicas no sentido de fortalecer e generalizar o uso de artigos (determinantes). À medida que essas línguas evoluíram do latim, os artigos deixaram de ter valor apenas dêitico e passaram a atuar como elementos centrais da estrutura do sintagma nominal, tornando-se quase obrigatórios em contextos definidos e indefinidos. Porém, como mostram os dados apresentados pela própria Galves (2025), o português brasileiro seguiu o caminho oposto: enquanto o português europeu avançou para “um uso categórico dos artigos na maior parte dos contextos”, seguindo essa tendência pan-românica, o PB evoluiu no sentido de manter a variação e ampliar os contextos de ausência de determinante (Galves, 2025, p. 132–133)

Segundo Galves (2025) essa divergência rompe com a expectativa prevista pela Deriva, que pressupõe continuidade e aprofundamento de tendências já presentes no português europeu dos séculos XVI a XVIII.

Essa reorientação interpretativa defendida por Galves (2025) se sustenta, sobretudo, nos dados detalhados extraídos dos *corpora* históricos, que permitem observar como o uso dos determinantes se comporta entre o português clássico, o português europeu e o português brasileiro. Um dos exemplos apresentados pela autora que foram encontrados no *Corpus Tycho Brahe*, é o comportamento dos sintagmas nominais possessivos. As frases seguintes mostram que os autores do período clássico usam variavelmente o artigo definido com sintagmas nominais possessivos, até numa mesma frase:

- (1) Em várias partes das fronteiras fizeram os castelhanos fumo a fim de que o vento o deitasse para a banda de Portugal, e fizesse fugir **nosso gado** para **as suas defesas**: (Galhegos, 1597, 38.542)
- (2) por isso, disse galantemente Tertuliano: “Teme um homem matar **a sua vaca**, porque acaso não coma alguma posta **de sua avó**”. (Bernardes, 1644, 13.150)
- (3) Lastime- -se a terra **dos seus marcos** e **dos seus muros** para se distinguirem as aquisições de **seus usurpadores**. (Brochado, 1651, 145.1354)

Essa variação mostra que o português clássico oferecia aos aprendizes africanos um *input* altamente instável, especialmente no domínio dos determinantes. Contudo, quando se observa a evolução do português europeu a partir do século XVIII,

a tendência é claramente a de reduzir essa variação, avançando para um sistema em que o artigo se torna praticamente obrigatório. Isso fica evidente em estudos como os de Floripi (2008), citados por Galves (2025), nos quais a frequência de uso do artigo com possessivo no PE cresce de aproximadamente 40% no século XVI para mais de 80% no século XIX. Em contrapartida, o português brasileiro seguiu essa trajetória, e a inverteu.

Outro conjunto de evidências apresentado por Galves (2025) diz respeito aos nomes nus, cuja distribuição difere radicalmente entre PB e PE. No português europeu moderno, nomes nus singulares raramente têm leitura definida; no português brasileiro, ao contrário, expressões como “*professor falou que prova é amanhã*” ou “*diretor chamou aluno na sala dele*” são perfeitamente naturais e permitem interpretação definida. Como observa a autora, esses usos são incompatíveis com a evolução esperada pela deriva românica, uma vez que essa deriva pressupõe que o sistema das línguas românicas caminhe para uma “generalização da presença dos artigos” (Galves, 2025, p. 132).

Com base no artigo de Galves (2025), defendemos que a hipótese do contato oferece uma explicação mais abrangente e consistente para a formação do português brasileiro (PB). A análise comparativa desenvolvida pela autora evidencia que a Hipótese da Deriva, isoladamente, não é capaz de explicar mudanças linguísticas que se afastam de forma significativa do percurso seguido pelo português europeu moderno. O exemplo do sistema de determinantes, discutido por Galves (2025), ilustra de maneira contundente esse limite, ao mostrar que certos padrões estruturais do PB só podem ser plenamente compreendidos quando se considera o papel do contato linguístico.

Nesse sentido, a Hipótese do Contato surge como explicação mais adequada para compreender fenômenos que não se alinham às tendências românicas. A análise de Galves (2025) reforça essa interpretação ao mostrar que o *input* linguístico recebido por aprendizes africanos era altamente variável. Esse *input* instável, combinado ao contato com línguas nigero-congolesa e à alfabetização em contextos não formais, possibilitou reinterpretações que resultaram em trajetórias distintas daquelas observadas no português europeu.

### 4.3 RESUMO DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou uma análise comparativa entre a Hipótese da Deriva e a Hipótese do Contato na formação do português brasileiro (PB), destacando convergências, divergências e implicações teóricas. Ambas as hipóteses reconheceram a continuidade histórica do PB com o português europeu arcaico e a heterogeneidade linguística desde a colonização, mas divergiram quanto à origem e intensidade das mudanças: a Deriva atribuiu as transformações a mecanismos internos da língua, enquanto o Contato enfatizou a influência das línguas indígenas e africanas e das condições sociais coloniais. A análise mostrou que a Deriva explicou a persistência de certas estruturas, mas não abrangeu mudanças profundas, como a reorganização do sistema de determinantes e simplificações morfológicas, fenômenos que o Contato interpretou de forma mais abrangente. Concluiu-se, portanto, que a constituição do PB resultou da interação entre herança estrutural e reestruturações induzidas pelo contato linguístico, sendo a Hipótese do Contato a que apresentou maior poder explicativo frente à complexidade histórica e sociolinguística observada no Brasil colonial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou compreender os processos que estruturam a formação histórica do português brasileiro (PB), analisando de maneira articulada as hipóteses da Deriva e do Contato, bem como as contribuições recentes de Galves (2025), cujos dados empíricos oferecem evidências decisivas para o debate. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a história do PB é marcada pela coexistência de continuidade e ruptura, de herança e inovação, e que somente um modelo teórico capaz de integrar essas dimensões é suficientemente abrangente para explicar a complexidade do desenvolvimento linguístico no Brasil.

Nas discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho, retomamos diferentes perspectivas teóricas sobre a formação do português brasileiro (PB). No capítulo 2, discutimos a hipótese da deriva que é defendida por Naro e Scherre (2007) e Castilho (2014), destacando que o PB pode ser entendido como fruto de transformações internas e progressivas do português europeu arcaico, mantendo uma linha de continuidade histórica e não dependendo, de modo decisivo, do contato linguístico com outros povos. Foram apresentadas as contribuições de Naro e Scherre (2007), que apontam que fenômenos típicos do português popular brasileiro como certas neutralizações verbais e variações na marcação do plural já estavam presentes no português falado em Portugal. Além disso, os autores mostraram que processos de nativização elucidam como colonizadores, indígenas e africanos incorporaram e ajustaram a língua sem provocar uma ruptura em sua estrutura.

No Capítulo 3, apresentamos a Hipótese do Contato, para compreender a formação do português brasileiro, contrapondo-a à deriva secular. A partir das contribuições de Lucchesi (2012), Avelar e Galves (2014) e Santos da Silva (2023), examinamos o papel das línguas africanas e indígenas no contexto colonial e seus efeitos na estrutura do PB. O estudo mostrou que a utilização do português como segunda língua por indígenas e africanos escravizados favoreceu simplificações morfossintáticas e o aparecimento de construções inovadoras, muitas ainda presentes nas variedades populares. Destacou-se também a importância da ecologia linguística proposta por Santos da Silva (2023) e Mufwene (2008) para explicar a permanência e a vitalidade de línguas africanas no Brasil, como a Língua Geral de Mina. Assim, o capítulo evidencia que o PB se formou em um cenário historicamente multilíngue, no qual o contato linguístico teve papel decisivo na configuração da língua.

No capítulo 4, desenvolvemos uma comparação entre a Hipótese da Deriva e a Hipótese do Contato na explicação da formação do português brasileiro (PB), destacando pontos de aproximação, diferenças e consequências teóricas. As duas divergem quanto às causas e à intensidade das mudanças: enquanto a Deriva atribui as transformações a processos internos de evolução da língua, o Contato ressalta o papel das línguas indígenas e africanas, bem como das condições sociais da colonização. A análise evidenciou que a Deriva esclarece a manutenção de determinados traços, mas não explica alterações mais profundas, como a reorganização do sistema de determinantes e as simplificações morfológicas aspectos mais interpretados pela abordagem do Contato.

As investigações demonstraram que a Hipótese da Deriva enfrenta importantes limitações ao tentar explicar divergências profundas entre o PB e o português europeu moderno, sobretudo em domínios estruturais que revelam mudanças não lineares. A análise conduzida por Galves (2025) sobre o sistema de determinantes é central nesse ponto: ao demonstrar que o PB seguiu um caminho inverso ao do português europeu ampliando contextos de nomes nus e reduzindo o uso de artigos, a autora evidencia que tais mudanças não podem ser explicadas pela Deriva pan-românica. A própria noção de “vetor de desenvolvimento românico” se torna insuficiente diante de dados que apontam para rupturas e reanálises que extrapolam os limites da história interna da língua.

É nesse contexto que a Hipótese do Contato revela sua força explicativa. Os estudos de Lucchesi (2012), Avelar e Galves (2014) demonstram que os processos de transmissão linguística irregular, característicos das sociedades coloniais escravistas, desempenharam papel central na formação do PB. A convivência entre falantes de múltiplas línguas africanas, a aquisição do português como L2 por adultos, a ausência de escolarização e a circulação limitada de modelos normativos de escrita constituíram um cenário sociolinguístico radicalmente distinto daquele observado em Portugal. Nessa ecologia, estruturas variáveis do português clássico como a oscilação no uso de artigos e possessivos, a presença de nomes nus e a instabilidade de certas flexões foram reinterpretadas por aprendizes africanos, resultando em reconfigurações gramaticais profundas.

As evidências apresentadas por Galves reforçam essa interpretação: os *corpora Tycho Brahe* e *Post-Scriptum* mostram que o português clássico exibia

variação interna significativa, e que essa variação especialmente no domínio dos determinantes forneceu o terreno para que o contato linguístico produzisse trajetórias inovadoras que não se manifestaram no português europeu. A presença, em documentos escritos por africanos, de construções como “*meu filho chegou*” ou “*vizinho falou comigo*”, sem artigo, revela que a ausência sistemática de determinante constitui não apenas uma marca do PB moderno, mas um padrão que já emergia no período colonial. Esse dado comprova que o contato não apenas acelerou processos internos, como sugeria a Deriva, mas introduziu novos caminhos evolutivos, interrompendo tendências românicas e reconfigurando a gramática da língua.

Esta pesquisa aponta caminhos frutíferos para estudos futuros. A ampliação dos corpora históricos do português, com a inclusão sistemática de textos produzidos por grupos socialmente marginalizados no período colonial, pode contribuir de modo mais preciso para a compreensão dos processos linguísticos envolvidos na formação do português brasileiro.

No conjunto, este TCC reforça que o PB é o resultado de uma confluência de fatores linguísticos, sociais e históricos.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, J.; GALVES, C. **O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro**. *Linguística – Revista da ALFAL*, Montevideu, v. 2, n. 30, p. 239-286, 2014

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Línguas europeias de ultramar: o português do Brasil. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 71-87. (Trabalho original publicado em 1963) CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTILHO, C. M. M. **Seria quatrocentista o português implantado no Brasil?** In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, v. 2, 2001. p. 57-89.

CORPUS P.S. POST SCRIPTUM. P.S. Post Scriptum: arquivo digital de escrita quotidiana em Portugal e Espanha na época moderna. CLUL, 2014. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em: 22 nov. 2025

CORPUS TYCHO BRAHE. Corpus anotado Tycho Brahe do português histórico. Unicamp, 2017. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>. Acesso em: 22 nov. 2025

GALVES, C. **Concordância e origens do português brasileiro**. In: SEDRINS, A. P.; CASTILHO, A. T.; SIBALDO, M. A.; LIMA, R. B. (eds.). *Por amor à Linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Maceió: Edufal, 2012. p. 123-149.

GALVES, Charlotte. **Do português clássico ao português brasileiro: herança, raízes, deriva e contato**. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 26, p. 132–151, 2025. DOI: 10.5007/1984-8420.2025.e101224.

GUY, Gregory R. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history**. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Philadelphia.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. **A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica**. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 249-274. ISBN 978-85-232-1230-8.

LUCCHESI, Dante. **A periodização da história sociolinguística do Brasil**. D.E.L.T.A., v. 33, n. 2, p. 347–382, 2017.

LUCCHESI, Dante. **Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não no Brasil?** Condicionamentos sócio-históricos. Gragoatá, Niterói, n. 47, p. 225-255, 2019.

PETTER, Margarida M. T. **Línguas africanas no Brasil**. Gragoatá, v. 10, n. 19, p. 193–217, 2005.

PETTER, Margarida M. T. **Linguística africana: passado e presente**. In: PETTER, M. M. T. (Org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, p. 221–250, 2015

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Orientações atuais de linguística histórica brasileira**. D.E.L.T.A., 15 (Especial), p. 147–166, 1999

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Para uma caracterização do período arcaico do português**. D.E.L.T.A., v. 10, n. 2, p. 247-276, 1994.

MUFWENE, Salikoko. **Language evolution: contact, competition and change**. London: Continuum, 2008.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 25-48.

NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. **Em busca de uma história linguística.** Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309-342, 2012.

SILVA, Wellington Santos da. **Língua Geral de Mina: uma fotografia da história linguística dos africanos escravizados no Brasil.** Revista Linguística, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 187-208, abr. 2023. DOI: 10.31513/linguistica2023.v19n1a8269.

SIMONENKO, A.; CARLIER, A. **Between demonstrative and definite: a grammar competition model of the evolution of French I-determiners.** Canadian Journal of Linguistics, v. 65, n. 3, p. 393-437, 2020.

SIMONENKO, A.; CARLIER, A. **Evolution of possessive phrases and the rise of DP in French, Spanish, and Portuguese.** Glossa: a Journal of General Linguistics, abr. 2022.